

16/03/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 32.867 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: JAMILLE ISVILYN PORTO SANTOS
ADV.(A/S)	: ELIZABETH ALVES DE OLIVEIRA
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA

AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PODERES DO RELATOR. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO. MENOR SOB GUARDA. RECUSA DE REGISTRO.

1. O art. 205 do Regimento Interno desta Casa, na redação dada pela Emenda Regimental nº 28/2009, autoriza o julgamento monocrático do mandado de segurança quando a matéria em debate for objeto de jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

2. A jurisprudência desta Suprema Corte consolidou-se no sentido de que o art. 5º da Lei 9.717/98 não teve o condão de derogar categorias de beneficiários de pensão por morte do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais, de molde a delimitá-las ao mesmo rol previsto para o regime geral.

3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, por se tratar de recurso interposto em mandado de segurança (art. 25 da Lei nº 12.016/2009).

4. Agravo interno conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em conhecer do agravo e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora e por maioria de votos, em sessão virtual da Primeira Turma de 09 a 15 de março de 2018, na

MS 32867 AGR / DF

conformidade da ata do julgamento. Vencido o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 16 de março de 2018.

Ministra Rosa Weber
Relatora

16/03/2018**PRIMEIRA TURMA****AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 32.867 DISTRITO FEDERAL**

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: JAMILLE ISVILYN PORTO SANTOS
ADV.(A/S)	: ELIZABETH ALVES DE OLIVEIRA
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

R E L A T Ó R I O

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Contra a decisão unipessoal por meio da qual concedi a ordem mandamental, para determinar (i) ao TCU que registre o ato de pensão temporária da impetrante e (ii) à União que pague as prestações vencidas entre a data da impetração e a da implementação da medida liminar deferida nestes autos (eventos 21 e 33), interpõe agravo interno o ente federado central (eventos 26 e 39).

A União defende a impossibilidade de julgamento monocrático do mandado de segurança, na forma do art. 205 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, pois não haveria jurisprudência consolidada a respeito do tema objeto da presente impetração. Alega ser juridicamente inviável que esta Corte determine ao TCU o registro do ato concessivo de pensão. Agrega que, à luz do art. 5º da Lei 9.717/98, a menor sob guarda, à data do óbito do instituidor, não fazia jus a pensão por morte no âmbito do regime próprio de previdência dos servidores civis da União. Pondera que a derrogação do art. 217, II, “b”, da Lei 8.112/90, pelo art. 5º da Lei 9.717/98, não importou em ofensa à Carta Magna e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

É o relatório.

16/03/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 32.867 DISTRITO FEDERAL

V O T O

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Preenchidos os pressupostos genéricos, **conheço** do agravo interno e passo ao exame do mérito.

Transcrevo, na fração de interesse, a decisão agravada:

“1. O art. 217, II, alínea ‘b’, da Lei 8.112/1990, na redação vigente à data do óbito do instituidor, em 19.10.2010 (evento 6, fl. 3, e evento 15, fl. 17, e-STF), previa, como beneficiário de pensão temporária: *‘O menor sob guarda ou tutela até 21 (vinte e um) anos de idade’*.

2. No ato impugnado, o Tribunal de Contas da União considerou que o art. 217, II, ‘b’, da Lei 8.112/90, ao lado de outros preceitos do regime de previdência dos servidores públicos federais, teria sido derogado pelo art. 5º da Lei 9.717/98, não subsistindo, por força deste último dispositivo legal, nos regimes próprios de previdência, categorias de beneficiários não contempladas pelo regime geral.

3. A jurisprudência desta Suprema Corte, contudo, respaldada na própria literalidade do art. 5º da Lei 9.717/98 – a versar sobre ‘benefícios’ e não sobre ‘beneficiários’ -, além de em balizas hermenêuticas hauridas do texto constitucional, como as concernentes à proteção da criança, do adolescente e do jovem (art. 227 da Carta Magna), à tutela previdenciária do dependente econômico (art. 201, V, da Lei Maior) e ao princípio da vedação do retrocesso social, rejeita a interpretação de que o mencionado dispositivo legal teve o condão de derogar categorias de beneficiários de pensão por morte do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis da União, de molde a delimitá-las ao mesmo rol previsto para o regime geral.

A propósito, destaco precedentes recentes de ambas as

MS 32867 AGR / DF

Turmas desta Corte:

(...)

4. Assentada a subsistência do menor sob guarda, como categoria prevista no art. 217, II, “b”, da Lei 8.112/90, na redação vigente à data do óbito do instituidor, antes, pois, da Medida Provisória nº 664/2014, convertida na Lei nº 13.135/2015, no rol de beneficiários de pensão por morte do regime próprio dos servidores civis da União, destaco que, no tocante à mencionada categoria, a dependência econômica é presumida, a partir do dever do detentor da guarda de prestar assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, podendo, para a realização de tal mister, opor-se a terceiros, inclusive aos pais (art. 33, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente).”

Nada colhe o agravo.

A teor do art. 205 do Regimento Interno desta Casa, na redação conferida pela Emenda Regimental nº 28/2009, o Relator está autorizado a julgar monocraticamente o mandado de segurança, quando a matéria em debate for objeto de jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

Indicado o preceito regimental que, em atenção à celeridade e à efetividade da prestação jurisdicional, confere poderes ao Relator para, monocraticamente, julgar os pedidos deduzidos em mandado de segurança, reitero a compreensão externada na decisão agravada, no sentido de que os temas versados neste *writ* são objeto da jurisprudência consolidada desta Suprema Corte.

A propósito, em acréscimo aos já indicados na decisão agravada, destaco os seguintes precedentes, reveladores da pacífica orientação de ambas as Turmas desta Suprema Corte, no sentido de que o art. 5º da Lei 9.717/98 não teve o condão de derrogar categorias de beneficiários estabelecidas no regime próprio de previdência dos servidores públicos civis da União, de molde a delimitá-las ao mesmo rol previsto para o regime geral:

MS 32867 AgR / DF

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. PENSÃO POR MORTE INSTITUÍDA EM FAVOR DE MENOR SOB GUARDA. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO ART. 5º DA LEI 9.717/98. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. É devida a pensão por morte, de caráter temporário, a menor que esteja sob guarda de servidor público federal na data do seu falecimento. 2. Não se aplica à pensão por morte decorrente de relação estatutária a reforma promovida pela Lei 9.528/97, no ponto em que excluiu a equiparação do menor sob guarda judicial aos dependentes do segurado (art. 16, § 2º, da Lei 8.312/91). 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (MS 31911 MC-AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 30/08/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-223 DIVULG 19-10-2016 PUBLIC 20-10-2016)

Ementa: ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DEVIDAMENTE COMPROVADA. ART. 217, II, “B”, DA LEI 8.112/90, EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL. NÃO DERROGAÇÃO PELO ART. 5º DA LEI 9.717/98. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (MS 26144 AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 10/05/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-106 DIVULG 23-05-2016 PUBLIC 24-05-2016)

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PODERES DO RELATOR. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO. MENOR SOB GUARDA. RECUSA DE REGISTRO. 1. O art. 205 do Regimento Interno desta Casa, na redação conferida pela

MS 32867 AGR / DF

Emenda Regimental nº 28/2009, expressamente autoriza o Relator a julgar monocraticamente o mandado de segurança quando a matéria em debate for objeto de jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal. 2. A jurisprudência desta Suprema Corte consolidou-se no sentido de que o art. 5º da Lei 9.717/98 não teve o condão de derrogar categorias de beneficiários de pensão por morte do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais, de molde a delimitá-las ao mesmo rol previsto para o regime geral. Agravo regimental conhecido e não provido. (MS 32914 AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, julgado em 13/10/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-219 DIVULG 03-11-2015 PUBLIC 04-11-2015)

Afastado o único fundamento invocado pelo TCU para justificar a recusa de registro ao ato de pensão, corolário lógico é a concessão da ordem mandamental, a fim de que seja registrada a pensão temporária da impetrante.

Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, por se tratar de recurso interposto em mandado de segurança (art. 25 da Lei nº 12.016/2009).

Agravo interno conhecido e não provido.

É como voto.

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 32.867 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: JAMILLE ISVILYN PORTO SANTOS
ADV.(A/S)	: ELIZABETH ALVES DE OLIVEIRA
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Divirjo da Relatora. Conforme consignei ao negar acolhimento ao pedido de liminar no mandado de segurança nº 31.672, a versar a mesma matéria, o ato impugnado fez-se com base na modificação introduzida pelo artigo 5º da Lei nº 9.717/1998 quanto ao que previsto anteriormente no 217, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.112/1990. Revela-se correta a glosa implementada pelo Tribunal de Contas da União, considerada a data do óbito do instituidor da pensão – bisavô da impetrante –, em 19 de outubro de 2010. Provejo o agravo para, julgando de imediato o mandado de segurança, indeferir a ordem.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 32.867

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

AGTE.(S) : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S) : JAMILLE ISVILYN PORTO SANTOS

ADV.(A/S) : ELIZABETH ALVES DE OLIVEIRA (27258/DF)

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 9.3.2018 a 15.3.2018.

Composição: Ministros Alexandre de Moraes (Presidente), Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma